

CONTRASTANDO SAPIR (D)E WHORF NA ‘HIPÓTESE SAPIR-WHORF’

Adan Phelipe CUNHA¹

RESUMO: O objetivo principal deste trabalho é afirmar que algumas interpretações acerca da suposta hipótese ‘Sapir-Whorf’ são enganadoras, considerando o fato de nem Sapir e nem Whorf terem formulado uma hipótese, nos termos que concebemos hoje. Ainda assim, alguns cientistas têm tratado as ideias relativistas apenas sob seus nomes, como se fossem exclusivas dos autores em questão. Além de discutir este ponto, faço também algumas considerações sobre o conceito de relativismo na obra de Sapir, a partir de observações em sua obra.

Palavras-chave: Edward Sapir, Benjamin Lee Whorf, Relativismo Linguístico, Hipótese Sapir-Whorf.

ABSTRACT: The main purpose of this paper is to claim that some interpretations of the so-called “Sapir-Whorf hypothesis” are misleading, considering the fact that neither Sapir nor Whorf have ever formulated a hypothesis, as we conceive it nowadays. Even so, some scientists have been treating the relativistic ideas only under their names, as they were exclusive of them. Besides discussing it, I make some considerations about the concept of relativity in Sapir’s works as well, from observations in his papers.

Key-words: Edward Sapir, Benjamin Lee Whorf, Linguistic Relativity, Sapir-Whorf hypothesis.

1. Introdução

Quando iniciei meus estudos em Linguística, sempre achei interessante o termo “hipótese Sapir-Whorf”. Entretanto, ao longo de minha pesquisa, intriguei-me ao descobrir que em nosso caso, a hipótese Sapir-Whorf nem é uma hipótese nem foi formulada (exclusivamente, se há mesmo uma formulação) por Edward Sapir (1884-1939), linguista e antropólogo norte-americano, e seu discípulo Benjamin Lee Whorf (1897-1841), engenheiro químico profissional e linguista “amador”².

O objetivo deste trabalho é bastante simples e bastante ousado ao mesmo tempo. Uma vez que não há publicação na qual a suposta hipótese esteja explicitamente formulada, viso a defender que tal rotulação não é apropriada, por encobrir uma série de considerações intrínsecas aos textos dos autores e à História da Linguística também. O foco desta investigação é Sapir e, portanto, não discutir as ideias de Whorf, e por esta razão, o contraste. Reconstruo os fatos na

1 Adan P. Cunha é graduado em Linguística (Letras) pela Universidade de São Paulo (USP) e mestrando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, pela mesma universidade (DL/FFLCH/USP). Sob orientação da Prof^a. Dr^a. Cristina Altman, trabalha na área de Historiografia Linguística e desenvolve o projeto de dissertação “A Emergência da Hipótese do Relativismo Linguístico em Edward Sapir (1884-1939)”. Este trabalho foi realizado com o auxílio do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

² Como frequentemente é apresentado pelos autores, em suas fontes biográficas.

perspectiva da Historiografia Linguística, valendo-me de dados históricos, biográficos e textuais, para corroborar as conclusões a que pretendi chegar.

Na próxima seção, apresento a concepção canônica da ‘hipótese Sapir-Whorf’, oferecendo algumas ponderações sobre o modo como a discussão vem sendo realizada. Neste momento, critico o tratamento reducionista a que alguns têm submetido às ideias de Sapir. Na terceira seção, centro-me no contexto intelectual em que Sapir desenvolve suas ideias, para, em seguida, na seção 4, apresentar uma análise mais interna, ou seja, calcada exclusivamente em sua obra. Devido às limitações do texto, centrei-me nos textos “*The grammarian and his language*” (1924) e “*The status of Linguistics as a science*” (1929), os quais acredito serem fundamentais para a tentativa de reconfigurar o sentido que o termo relativismo assume na obra de Edward Sapir.

2. Hipótese do Relativismo Linguístico, Hipótese ‘Sapir-Whorf’

Diversas são as formulações sobre o que vem a ser a chamada ‘hipótese Sapir-Whorf’, dependendo do texto em que aparece. Como, então, discutir uma concepção canônica dessa hipótese? Uma rápida busca pela Internet ou consulta em uma biblioteca razoável disponibilizará ao interessado um volume considerável de informações sobre o assunto, das quais se podem depreender muitos pontos em comum – mais entre si que com as proposições dos autores em questão. Para esta discussão, utilizarei um trecho de Marcondes (2010), sem qualquer intenção de criticar seu trabalho aqui aproveitado, mas apenas almejando ilustrar a forma de apresentação da “hipótese” mais frequente, seja no Brasil, seja no exterior:

Segundo a hipótese Sapir-Whorf, a língua de uma determinada comunidade organiza sua cultura, sua visão de mundo, pois uma comunidade vê e compreende a realidade que a cerca através das categorias gramaticais e semânticas de sua língua. Há portanto uma interdependência entre linguagem e cultura. Um povo vê a realidade através das categorias de sua língua, mas sua língua se constitui com base em sua forma de vida. (MARCONDES, 2010, p. 78).

Ao sustentarmos tais asseverações, de imediato, perceberemos algumas consequências, e nos depararemos com outros tantos pontos problemáticos, principalmente ao relacioná-las às bases documentais que fundamentam o trabalho produzido por aquele que se aventura a reconstruir a História. Primeiramente, do modo como muitos interpretam a hipótese, se, de fato, a

realidade construída pelos sistemas linguísticos é incomensurável, o exercício da tradução é impossível. Sabemos que, embora haja muitas dificuldades na realização desta prática, diversos textos são traduzidos diariamente, nas mais distintas partes do mundo. E falantes bilíngues não sofrem de nenhuma patologia, tal como uma forma de “esquizofrenia linguística”, por serem forçados a se posicionar em realidades distintas, dependendo do código que utilizam.

Até mesmo a utilização do rótulo “hipótese Sapir-Whorf” é desorientadora. Como afirmam Hill e Mannheim (1992, p. 386) “*Yet, just as the Holy Roman Empire was neither holy, nor Roman, nor an empire, the ‘Sapir-Whorf Hypothesis’ is neither consistent with the writings of Sapir and Whorf, nor a hypothesis.*”³. Não existe na literatura nenhum trabalho publicado por Sapir e Whorf em conjunto e, por conseguinte, em nenhum texto há uma formulação explícita da hipótese. Além do mais, ao afirmarmos serem tais ideias uma hipótese, implicamos também a intencionalidade daquele que teoriza em confirmar (ou rejeitar) sua proposta através de verificação empírica (Leavitt 2006). Neste sentido, nem Sapir e nem Whorf realizaram tais experimentos.

Como reconhece Marcondes (2010) mais adiante em seu texto, a discussão sobre a hipótese Sapir-Whorf, portanto, não se calca em nenhum trabalho específico dos dois autores, mas sim em trechos esparsos de suas obras. Afirmando que boa parte da interpretação concentra-se apenas no texto “*Relation of thought and behavior to language*”, de Whorf, escrito em 1939, para o livro “*Language, culture, and personality, essays in the memory of Edward Sapir*”, editado por Leslie Spier (1893-1961), em 1941. Nesse texto, Whorf apresenta algumas comparações entre categorias gramaticais do Inglês e do Hopi, língua indígena da família Uto-Asteca. Visto que o foco deste trabalho não é discutir nem a plausibilidade das ideias de Whorf nem a verificabilidade da suposta hipótese em questão, não discorrerei sobre o conteúdo do texto⁴. No entanto, é nele que Whorf utiliza o sempre citado trecho de Sapir, como epígrafe de seu artigo, o qual reproduzo⁵ abaixo:

³ “Contudo, assim como o Sacro-Império Romano não era nem sacro, nem romano, nem um império, a ‘hipótese Sapir-Whorf’ não é nem consistente com os trabalhos de Sapir e Whorf, nem uma hipótese.”

⁴ Darnell (2006) aborda especificamente esta questão.

⁵ Embora em minha pesquisa utilize os textos de Sapir no original, em inglês, aqui, por questões de comodidade, utilizarei as traduções de Mattoso Câmara (1961), bastante fiéis às versões originais e acessíveis ao leitor brasileiro.

A linguagem é um guia para a realidade social. Embora em regra não se considere de essencial interesse para os estudiosos de ciência social, é ela que poderosamente condiciona todas as nossas elucubrações sobre os problemas e os processos sociais. Os seres humanos não vivem apenas no mundo objetivo, nem apenas no mundo da atividade social como ela é geralmente entendida, mas também se acham em muito grande parte à mercê da língua particular que se tornou o meio da expressão da sua sociedade. É uma completa ilusão imaginar que alguém se ajuste à realidade sem o auxílio essencial da língua e que a língua seja, meramente, um meio ocasional de resolver problemas específicos de comunicação ou raciocínio. O fato inconcusso é que o “mundo real” se constrói inconscientemente, em grande parte, na base dos hábitos linguísticos do grupo. Não há duas línguas que sejam bastante semelhantes para que se possa dizer que representam a mesma realidade social. Os mundos em que vivem as diversas sociedades humanas são mundos distintos e não apenas um mundo com muitos rótulos diversos.

Entender um simples poema, por exemplo, não se cifra somente em entender as várias palavras em sua significação usual, mas na compreensão plena de toda a vida da comunidade, tal como ela se espelha nas palavras ou as palavras a sugerem em surdina. Até os atos de percepção aparentemente simples estão, muito mais do que se poderia supor, à mercê desses padrões sociais que se chamam palavras. Quem, por exemplo, desenha umas doze linhas de forma diferente, percebe-as como divisíveis em dadas categorias, como sejam “reta”, “quebrada”, “curva”, “zigue-zague”, por causa do que sugerem para a classificação os próprios termos linguísticos. Se vemos, ouvimos e sentimos, de maneira geral, tal como o fazemos, é em grande parte porque os hábitos linguísticos de nossa comunidade predis põem certas escolhas de interpretação. (SAPIR, 1929 [1961a], p. 162 [20-21], grifos nossos)

Os trechos sublinhados são quase sempre suprimidos, como fez Whorf ao utilizá-lo pela primeira vez (Whorf 1941). Leavitt (2006) defende que as supressões dão ao trecho um caráter “determinista”, mas que uma leitura mais atenta, e completa, revela-nos que Sapir neste escrito considera a língua como parte de uma realidade social, assim como o pensamento também o é, e que devem, portanto, ser estudados em sua totalidade, inseridos neste contexto. Não há no trecho

citado qualquer alusão à impossibilidade da tradução dada à incomensurabilidade dos sistemas linguísticos, nem que os seres humanos interpretam literalmente a realidade objetiva diferentemente, a ponto de verem um mesmo referente de modo distinto, por não falarem a mesma língua, mas que, para expressar esta realidade, quando necessitam, o fazem por meio das categorias de sua língua.

Duas outras supressões mais amplas, ao trecho em discussão, também são sempre feitas: seu contexto interno e seu contexto externo. Por contexto interno, aqui, refiro-me ao texto do qual foi extraído. E por contexto externo, penso no clima de opinião (conjuntura intelectual) no qual foi produzido e a quem estas palavras se destinavam originalmente. O texto, intitulado “*The status of Linguistics as a science*” (A posição da Linguística como ciência), foi proferido em uma reunião conjunta da Sociedade Linguística da América (LSA), da Associação Antropológica Americana, e das seções H e L da Associação Americana pelo Progresso da Ciência, em 28 de dezembro de 1928, e publicado posteriormente no periódico *Language*, da LSA, em 1929. Na ocasião, Sapir discursava não apenas para linguistas, mas para sociólogos e antropólogos também – e possivelmente, alguns psicólogos. Abordarei as considerações relativas ao contexto intelectual de Sapir na seção 3. Por ora, mantenhamos em mente que o texto não era dirigido apenas a linguistas, mas também a outros profissionais das ciências sociais.

O objetivo da comunicação – que pode ser confirmado no resumo ou síntese, localizada antes do texto propriamente dito, presente na versão original da revista *Language*, mas ausente na tradução de Câmara Jr. – é firmar a posição central da Linguística no estudo científico das sociedades humanas, no quadro das ciências sociais (basta observarmos seu título). Para Sapir, a única forma de acesso à cultura e à realidade social de um agrupamento humano é primeiramente pelo estudo de sua língua, ideia esta também presente em Franz Boas (1858-1942), seu orientador, e principal liderança intelectual (Murray 1993) na institucionalização da Antropologia norte-americana. O autor não defende que o estudo da linguagem é a única maneira de acesso à cultura, mas lembra aos antropólogos e sociólogos, que desprezam o estudo linguístico, que não lhes é possível investigar uma sociedade sem entender como ela se comunica e como ela constrói sua realidade sociocultural. Devido à amplitude de seus interesses, os estudos linguísticos, para Sapir, não se limitam apenas às descrições de formas gramaticais, competindo também à Linguística entender o aspecto simbólico da linguagem, já que é nesta dimensão que podemos correlacionar o indivíduo a seu grupo social, depreendendo inúmeros fatos sociais, tais como as

crenças, os sistemas de valores e a ideologia, compartilhados por ele com sua comunidade. Seres humanos não falam apenas sons e sentenças, ou seja, formas isoladas, mas em sua interação comunicativa, produzem enunciados completos, e é nessa instância – a do uso linguístico – que vivem e se comunicam (mesmo que alguns enunciados possam ser apenas um único som ou uma única sentença).

A cunhagem do termo “hipótese Sapir-Whorf” parece ter sido realizada em 1954, por Harry Hoijer (1904-1976), ao apresentar o trabalho intitulado “*Sapir-Whorf hypothesis*”, na Conferência sobre as relações entre a linguagem e outros aspectos da cultura (*Conference on the interrelations of language and other aspects of culture*), realizada em Chicago (Cunha 2010; Koerner 1999). Entretanto, John B. Carroll (1916-2003) parece ter sido seu maior difusor, uma vez que vários textos (Sampson 1965; Joseph 1996; dentre outros) o apontam como o criador do rótulo. Carroll, a propósito, foi o editor da coletânea póstuma de textos de Whorf, publicada pela primeira vez em 1956, pela *MIT Press*.

Sampson (1965, p. 82) relembra que “[...] *The occurrence of his name (Sapir) in the term ‘Sapir Whorf hypothesis’ is perhaps due more to the fact that Whorf took his general approach to linguistics from Sapir than to Sapir’s being one of the most active proponents of that hypothesis*”⁶. O trabalho de Whorf é respeitável, a despeito das críticas que recebe. Se tratarmos as teorias científicas como “mapas”, cujo objetivo é de algum modo apreender a realidade, ainda que por diferentes rotas, somos levados a concordar com Hill e Mannheim (1992), ao declararem que tais críticas não “partem” do quadro epistemológico do autor, ou seja, utilizam rotas diferentes, e ainda sim, o criticam, mesmo que com leituras demasiadamente “simplistas”. Um exemplo desse reducionismo no qual muitas vezes nos aventuramos – ao discorrermos sobre assuntos para os quais não realizamos uma investigação em profundidade – pode ser exemplificado pelas afirmações contidas em Newmeyer (1986, p. 4): “[...] *He (Sapir) also believed that linguistic structure plays a role in shaping our perception of reality, an idea that was further developed by his student Benjamin Whorf (hence the Sapir-Whorf hypothesis)*”⁷.

⁶ “[...] A ocorrência de seu nome (Sapir) no termo ‘hipótese de Sapir-Whorf’ é talvez devida mais ao fato de Whorf haver tomado de Sapir sua abordagem em Linguística do que ter sido Sapir um dos mais ativos proponentes da hipótese”.

⁷ “[...] Ele (Sapir) também acreditava que a estrutura linguística exerce a função de moldar nossa percepção da realidade, uma ideia que foi posteriormente desenvolvida por seu aluno Benjamin Whorf (por essa razão “hipótese de Sapir-Whorf”).

3. Contexto Intelectual de Sapir e Outras Fontes do Relativismo Linguístico

A ideia de língua como janela para cultura não é originária ou exclusiva de Sapir. Em Wilhelm von Humboldt (1767-1835), e, por conseguinte, na tradição germânica deste período, já existia a ideia da linguagem como *Weltansicht* ou *Weltanschauung* (visão de mundo). Inúmeros trabalhos tentam relacionar as ideias de Sapir a estes autores, direta ou indiretamente (Koerner 1999). Sapir seguramente teve contato com o pensamento germânico: em 1904 recebeu seu título de bacharel (B.A.) em Filologia Germânica, e em 1905 o mestrado (M.A.), também em Filologia Germânica, com uma dissertação que tratava da discussão sobre a origem da língua feita por Johann Gottfried Herder (1744-1803). Acabou indo trabalhar em Antropologia com Franz Boas por conta da necessidade na época (e ainda hoje, como sabemos) em descrever as línguas indígenas ágrafas em vias de extinção. Sua tese de doutoramento, defendida em 1909, em Antropologia, descreve o Takelma, língua hoje extinta, porém anteriormente falada no estado do Oregon, EUA (Darnell, 1990). Na América do Norte, assim como no Brasil (cf. Altman 2004), no início do século XX, a Filologia tratava do estudo das “línguas de cultura”; nos Estados Unidos e Canadá, a descrição das línguas consideradas “exóticas” ficou relegada à Antropologia.

Sapir aplicou o método da Linguística indo-europeia à descrição das línguas indígenas ágrafas, tratando-as de modo igualitário. Entretanto, diferentemente de descrições anteriores que simplesmente “sobrepunham” a metalinguagem do modelo greco-latino aos dados em língua indígena, propunha que as categorias gramaticais deveriam ser baseadas na língua em si, de acordo com seu padrão (*pattern*), tratando as diferentes línguas como sistemas gramaticais autônomos em relação aos outros, antes mesmo da publicação póstuma do Curso de Linguística Geral, em 1916, de Ferdinand de Saussure (1857-1913), “marco fundador” do Estruturalismo na visão contemporânea. Até este momento, o Estruturalismo norte-americano vinha, portanto, se desenvolvendo paralelamente ao Europeu (Lepschy 1966; dentre outros).

O contexto intelectual na época de Boas e Sapir não é o mais “igualitário”. Na Antropologia e na História, um evolucionismo ingênuo importado da Biologia darwiniana parecia comprovar a superioridade das raças, demonstrando que as sociedades indígenas eram menos evoluídas em relação à sociedade civilizada. O universalismo racionalista na gramática era igualmente racista, comprovando a origem nobre e comum dos vernáculos europeus e seu

distanciamento das culturas inferiores. É importante ressaltar que, nesse sentido, dentre os pressupostos de Boas, Sapir e seu grupo de trabalho, estava o tratamento igualitário das diversas culturas. Suas realidades eram incomensuráveis, pois cada grupo humano efetuara um percurso histórico distinto, nas mais diversas localidades geográficas. Não seria coerente acreditar que as culturas não europeias eram ou estavam em estágios inferiores, portanto, já que suas realidades sociais eram outras. Deste modo, é respeitável a lucidez de suas ideias (dos boasianos) antietnocêntricas quando inseridas em sua circunstância.

4. Qual parece ser a “Hipótese Relativista” de Sapir?

Alguns anos antes de escrever a famosa “citação” do texto de 1929, Sapir publica em um periódico não-especializado o artigo “*The Grammarian and his language*” (O Gramático e a sua língua [Sapir, 1961b]), fundamental para a apreensão do conceito de “relativismo” em sua obra. Antes de analisarmos este texto, é necessário, no entanto, definirmos relativismo:

Encontram-se na epistemologia, entre outros, dois grupos de filósofos que assumem posturas distintas quanto à relação entre o conhecimento humano e a “realidade” conhecida: há os que defendem a ideia de que há uma verdade única, objetiva, que é procurada pela ciência, e há os que acham que todo conhecimento é relativo a um momento histórico, a um contexto ou um conjunto de circunstâncias. Vamos chamar os primeiros de *objetivistas* e os segundos de *relativistas*. [...]. De certo modo, a polêmica entre os objetivistas e relativistas assemelha-se à velha discussão entre os naturalistas e convencionalistas. Já entre os velhos gregos – parece que não há como fugir dos velhos gregos –, discutia-se se a linguagem relacionava-se com a realidade de forma “natural” ou de forma “convencional”. [...]. (BORGES NETO, 2004, p. 72)

Outras aproximações poderiam ser feitas. Gonçalves (2008) afirma em sua tese de doutoramento que o tratamento dicotômico da discussão “universalismo vs. relativismo” até certo ponto revive o embate entre “racionalismo vs. empirismo”, paradigmas sempre abordados nas ciências humanas como irreconciliáveis, uma vez que são ponderados antagonicamente. O relativismo não defende que toda ideia é válida, mas sim, como afirma Borges Neto, que no debate sobre a validade das conjecturas, ao analisá-las pela perspectiva de sua produção, devemos inserir um elemento “relativizador” ante uma verdade única absoluta, visto que os diferentes pontos de partida, interesses e caminhos percorridos pelos cientistas levam-nos a conclusões distintas. Segundo Kuhn (1987), as teorias científicas são incomensuráveis, pois o modo como

são produzidas é divergente: ao mudarmos o paradigma, modificamos conseqüentemente todo o referencial teórico.

Sapir (1961b [1924]) utiliza explicitamente o termo relativismo. Neste texto, cujo objetivo é também discutir a Linguística enquanto ciência e sua possível contribuição para as demais disciplinas, o autor discorre sobre a igualdade dos sistemas linguísticos, devido à sua plenitude formal, ou seja, a possibilidade de se exprimir qualquer conteúdo em todos (ou quaisquer) os sistemas linguísticos existentes.

Novamente retoma Sapir a questão da importância de estudarmos as línguas “exóticas”. Para o não linguista, o estudo de uma língua apenas se justifica na medida em que aquela língua possui uma utilidade, tais como bons textos escritos nela, e o estudo de línguas extravagantes, aparentemente, só corroboraria para a confirmação da inferioridade destes povos:

Aparentemente há duas maneiras de dar à linguística a imprescindível dignidade como ciência. Pode-se tratá-la como história ou estudar a língua descritiva e comparativamente como forma. Nenhum desses dois pontos de vista é de bom augúrio para despertar o interesse do americano. A história tem que ser sempre qualquer coisa mais para ser levada a sério. Fora disso, é “meramente” história. Se fosse possível demonstrar que certas mudanças gerais de ordem linguística estão relacionadas a fases da evolução cultural, ficar-se-ia em melhores condições para fazer valer a linguística; mas as lentas modificações que corrompem a substância e a forma da linguagem e pouco a pouco totalmente a remodelam, não parece apresentarem paralelismo com quaisquer dos esquemas de evolução cultural até agora proposto. (SAPIR, 1961b [1924], p. 31)

O autor defende que as diferenças linguísticas são, assim, resultados das mudanças em suas estruturas internas, sem qualquer correlação necessária com o progresso cultural. As línguas são estruturas dinâmicas⁸, a seu ver. Sapir reconhece igualmente que o linguista não se interessa apenas pelas formas das línguas, mas também por suas funções:

O problema psicológico que mais interessa ao linguista é a estrutura interna da língua em termos de processos psíquicos inconscientes, e não o da adaptação do indivíduo a essa estrutura tradicionalmente conservada. [...] Afirmar com essa nossa abundância de palavras que a tarefa mais nobre da linguística é compreender uma língua como forma, antes do que como função ou processo histórico, não equivale a afirmar que só como forma é que ela pode ser compreendida. (SAPIR, 1961b [1924], p. 32)

⁸ Em outros textos, Sapir afirma que as mudanças linguísticas e as mudanças culturais ocorrem independentemente umas das outras.

Os falantes podem expressar qualquer enunciado que desejarem, e qualquer conteúdo pode ser traduzido, mesmo que seja necessário algum ajuste, como, por exemplo, a invenção de algum item lexical:

Pondo essa questão da plenitude formal da linguagem em termos algo diferentes, podemos dizer que toda língua está de tal modo construída, que diante de tudo que um falante deseje comunicar, por mais original ou bizarra que seja a sua ideia ou a sua fantasia, a língua está em condições de satisfazê-lo. [...] O mundo das formas linguísticas, que se apresenta dentro dos quadros de uma língua dada, é um sistema completo de referências [...].(SAPIR, 1961b [1924], p. 33-34)

Mas não é absurdo assegurar que não há nada nas peculiaridades formais da língua hotentote ou esquimó que possa obscurecer a clareza, ou velar a profundidade, do pensamento de Kant; [...] Se essas línguas não possuem um vocabulário kantiano adequado, a culpa não é delas e sim dos seus falantes esquimós e hotentotes. As línguas em si mesmas aceitariam perfeitamente o acréscimo de um contingente filosófico ao numerário lexical em circulação. (SAPIR, 1961b [1924], p. 33-34)

Na passagem sobre Kant, Sapir parece ser irônico com aqueles que têm apreço ou apego à beleza e à profundidade das palavras e formas de uma língua específica. A lição que fica é que a genialidade tal como exercida na poesia ou na filosofia pode ser exercitada em qualquer língua – ao contrário do que muitos pensavam (ou ainda pensam). Basta os falantes terem interesse por isso.

As estruturas linguísticas são intuitivas, uma vez que sabemos falar, mas a maior parte das pessoas não tem consciência de como a linguagem se estrutura em sua fala. Quando falamos, nos atentamos ao conteúdo gerado pela forma, e a Linguística é a ciência que pode explicar (ou trazer à consciência) tal estruturação:

Toda língua – é lícito concluir – possui uma orientação formal completa e psicologicamente satisfatória, mas que atua no inconsciente dos falantes – sem ser realmente, isto é, conscientemente, conhecida deles. [...] O tipo de processos mentais a que estou aqui me referindo é, sem a menor dúvida, do caráter compulsório e ainda mal compreendido que já se sugeriu chamar “intuição”. (SAPIR, 1961b [1924], p. 37-38)

No entanto, aqueles que usualmente pensam sobre as formas linguísticas, estudando criticamente a linguagem, tal como os filósofos e os gramáticos (e os linguistas também), devem tomar cuidado para não “caírem em sua própria armadilha”:

Em muito maior proporção do que ele próprio se dá conta, o filósofo corre o risco de se deixar iludir pelas formas linguísticas que usa, o que equivale a dizer que o molde do seu pensamento, tipicamente um molde linguístico, é capaz de se projetar na sua concepção do universo. Assim as inocentes categorias linguísticas podem acabar tomando o formidável aspecto de absolutos cósmicos. Portanto, quando mais não seja, para escapar de um verbalismo filosófico, seria bom que o filósofo encarasse criticamente as bases e as limitações linguísticas do seu pensamento. (SAPIR, 1961b [1924], p. 39)

Sobre a questão da filosofia, Sapir menciona o trabalho “*The meaning of meaning – a study of the influence of Language upon Thought and of the Science of Symbolism*”⁹, de Charles Kay Ogden (1889-1957) e Ivor Armstrong Richards (1893-1979), publicado em 1923. Sobre este propósito, Joseph (1996, p. 370) argumenta que a partir de 1923, com a publicação da resenha “*An approach to symbolism*” (obra mencionada por Sapir), haveria uma mudança em seu pensamento, pelo contato com as ideias da filosofia de tradição analítica, explicando seu interesse na linguagem enquanto sistema simbólico.

Sapir prossegue o texto efetuando comparações entre categorias gramaticais em diferentes línguas. Um exemplo seria a categoria artigo, obrigatória em línguas como o inglês, ou em português, na qual temos que falar “O rapaz chegou”, que por sua vez é diferente de “Um rapaz chegou” – mas em russo ou em latim simplesmente “Rapaz chegou”. Assim como refuta o etnocentrismo, Sapir adverte o gramático, para que tome cuidado com as estruturas de sua língua, ressaltando que esta forma de relativismo é a mais facilmente ignorada:

É possível prosseguir assim, indefinidamente, em análises incomensuráveis da experiência, variáveis de língua para língua. O resultado que desabrocharia de tudo isso seria fazer-nos sentir com muita realidade uma espécie de relativismo que geralmente fica oculto aos nossos olhos, em virtude de aceitarmos ingenuamente hábitos fixos de linguagem como guias para chegarmos à compreensão da natureza da nossa experiência. É o relativismo da forma mental. Não é ele tão difícil de entender como o relativismo físico de Einstein, nem é tão perturbador para o nosso senso de segurança como o relativismo psicológico de Jung, que só agora está começando a ser entendido por alto; mas é talvez mais fácil de se nos escapar que esses outros. Para entendê-lo, os dados comparativos da linguística são *sine qua non*. É a apreciação do relativismo da forma mental, resultante do estudo das línguas, o que dá talvez a esse estudo o seu grande caráter de liberação. O que agrilhoa a mente e entorpece o espírito é sempre a teimosa aceitação de absolutos. (SAPIR, 1961b [1924], p. 42)

⁹ Há uma tradução disponível em língua portuguesa, de Álvaro Cabral, publicada pela editora Zahar, intitulada “*O significado de significado. Um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo*”.

O leitor neste momento poderia se indagar se não era justamente esta a proposição inicial. Viso a defender que não, não apenas pelo quadro teórico e as conclusões a que chegamos serem diferentes, mas também pelas razões que exponho a seguir. Primeiramente, está explícito em Sapir que toda língua pode expressar qualquer conteúdo: o que as diferencia é a maneira como veiculam estes mesmos conteúdos, por conta das diferenças entre suas formas gramaticais. O alerta que o autor faz é àqueles que se prendem à análise das formas, para que não se deixem ser tomados em suas descrições/reflexões por suas próprias categorias gramaticais. A língua é o meio pelo qual veiculamos e transmitimos nosso conhecimento, e de certa forma, cada língua imprime em nossa mente, durante nossa infância, a maneira como desempenharemos essa habilidade (de nos comunicar e de expressar pensamentos) pelo resto de nossas vidas. Por qual outra razão temos tanta dificuldade em aprender línguas muito diferentes, quando adultos? A metodologia de descrição gramatical que Sapir propõe visa ao reconhecimento dessas diferenças, por serem os sistemas linguísticos autônomos entre si. Muitas descrições gramaticais até hoje não são feitas por falantes nativos da língua a ser delineada, devendo ter o descritor muito cuidado em suas proposições, para não forjar categorias de sua própria língua nos dados que coleta.

Kilby (1981) discute a terminologia utilizada no estudo dos marcadores de caso, afirmando que o tratamento dado atualmente pelos diversos trabalhos não tem sido satisfatório, ao analisar diferentes línguas, independentemente da perspectiva teórica adotada pelo eventual autor, por sempre serem centrados em certos modelos de análise de viés tradicionalista. Seu objetivo, em seu estudo, é mostrar que conceitos como ‘caso morfológico’ ou ‘adposição’ além de serem baseados em descrições gramaticais específicas, são fenômenos particulares de determinadas línguas conhecidas, e que caso desejemos construir uma teoria universal da linguagem, deveríamos lançar mão deste tipo de conceituação. O problema, a seu ver, é analisarmos as diversas línguas como apresentando ou não marcação gramatical específica para um determinado fenômeno linguístico que, muitas vezes, pode ser irrelevante dentro do sistema gramatical da língua em questão.

Du Bois (1987) afirma que o conceito de ergatividade constitui um problema para a teoria linguística, já que os autores o definem em função do conceito de sujeito, como concebido nas línguas de alinhamento nominativo-acusativo e, conseqüentemente, a definição de ergatividade é sempre mais obtusa em relação a anterior, considerada mais natural ou prototípica.

Falaríamos, então, em “hipótese Sapir-Whorf-Kilby-Du Bois” e quantos mais autores criticassem a maneira como algumas concepções em Linguística são formuladas, chamando atenção para o fato de que algumas línguas têm recebido tratamento privilegiado, já que aparentam ser as possuidoras das categorias mais universais?

Vimos anteriormente que o interesse pela relação entre linguagem e cultura não é exclusivo de Sapir e nem de Whorf, mas remete a uma tradição mais antiga até do que apresentamos aqui, o que leva a alguns autores a falar em “hipótese Vico-Herder-Humboldt-Sapir-Whorf”. Outros sugerem “hipótese Nietzsche-Korzybski-Sapir-Whorf” ou em outra leitura “hipótese Humboldt-Steinthal-Boas-Sapir-Voegelin-Hymes-Darnell” (Koerner, 1999). Temos também o termo mais elegante e conciso “hipótese de Whorf”. No entanto, o que esses termos nos explicam? Acredito que não muito, além de, de certo modo, lembrar-nos o fato de não termos muito interesse pela história de nossa disciplina ou que nem sempre respeitamos as particularidades de cada autor.

Retomando a proposição de Gonçalves (2008) sobre os exemplos citados, parece mesmo haver uma tensão entre aqueles que desejam explicar as estruturas subjacentes comuns à linguagem humana enquanto capacidade exclusiva de nossa espécie, em uma orientação mais racionalista, e aqueles que vivenciam a descrição de línguas ágrafas, trabalhando com dados em uma perspectiva mais empirista.

Como procuramos evidenciar ao longo desta breve apresentação, as formulações de Sapir parecem muito menos ousadas do que se costuma discutir. O autor defende que as línguas podem expressar quaisquer conteúdos e, ainda que os façam diferentemente, são igualmente importantes. O aprisionamento do falante se deve ao fato de uma vez aprendido a utilizar, por exemplo, o artigo diante do substantivo, ou marcar plural ou um prefixo de classe, aquele que enuncia procurará sempre utilizar estas estruturas em suas produções linguísticas. A este fenômeno o autor denomina “relativismo das formas de pensamento”, no texto que apresentamos anteriormente. Este texto, marginal em relação a outros, não tem sido muito discutido; a discussão sobre o relativismo linguístico atualmente é restrita a um trabalho de Whorf. Portanto, ao observarmos mais atentamente os trabalhos em questão, não parece existir a tal “hipótese Sapir-Whorf”, como eu e outros tantos autores vimos defendendo.

5. Referências bibliográficas

- ALTMAN, C. 2004. **A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)**. São Paulo: Humanitas
- BOAS, F. (ed.) 1991 [1966]. **Introduction to handbook of American Indian languages**. Lincoln : University of Nebraska Press.
- BORGES NETO, J. 2004. **Ensaios de filosofia da Linguística**. São Paulo: Parábola.
- CÂMARA Jr., J. M. 1961. Do tradutor para o leitor. In: Sapir 1961c.
- CUNHA, A. P. 2010. **A emergência da hipótese do relativismo lingüístico em Edward Sapir (1884-1939)**. Projeto de pesquisa, texto não publicado.
- DARNELL, R. 1990. **Edward Sapir: linguist, anthropologist, humanist**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- DARNELL, R. 2006. Benjamin Lee Whorf and the Boasian foundations of contemporary ethnolinguistics. In: JOURDAN & TUIITE, 2006.
- DU BOIS, J. W. 1987. **Language**, Vol. 63 (4), pp. 805-854.
- DURANTI, A. (ed.). 2006. **Linguistic anthropology: a reader**. Malden: Blackwell.
- FEYERABEND, P. 2003. **Contra o método**. São Paulo: Editora UNESP.
- GONÇALVES, R. T. 2008. **Perpétua prisão órfica ou Ênio tinha três corações: o relativismo lingüístico e o aspecto criativo da linguagem**. Tese de doutoramento, Universidade Federal do Paraná.
- HILL, J.; MANNHEIM, B. 1992. Language and world view. **Annual Review of Anthropology**, Vol. 21, pp. 381-406.
- HOIJER, H. (ed.). 1954. **Language in culture: conference on the interrelations of language and other aspects of culture**. Chicago: The University of Chicago Press.
- JOSEPH, J. E. 1996. The immediate sources of the ‘Sapir-Whorf hypothesis’. **Historiographia linguística** 23, pp. 365-404.
- JOURDAN, C.; TUIITE, K. (ed.). 2006. **Language, culture and society**. New York, NY: Cambridge University Press.
- KILBY, D. 1981. On case markers. **Lingua**, 54:2/3, (101-133).
- KOERNER, E. F. K. 1995. The ‘Sapir-Whorf hypothesis’: a historic-bibliographical essay. **Professing Linguistic Historiography**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins
- KOERNER, E. F. K. 1999. Immediate and not so immediate sources of the ‘Sapir-Whorf hypothesis’: methodological considerations. **Linguistic historiography: projects & prospects**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- KUHN, T. S. 1987. **A estrutura das revoluções científicas**. [Trad. De Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira do orig. inglês: *The structure of scientific revolutions*]. São Paulo: Perspectiva.
- LANDAR, H. 1966. **Language and culture**. New York: Oxford University Press.
- LEAVITT, J. 2006. Linguistic relativities. In: JOURDAN & TUIITE, 2006.

- LEE, P. 1996. **The Whorf theory complex: a critical reconstruction**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- LEPSCHY, G. C. 1966. **A Linguística estrutural**. [Trad. de Nites Therezinha Feres do orig. italiano: *La linguistica strutturale*]. São Paulo: Perspectiva.
- LUCY, J. A. 1992. **Grammatical categories and cognition: a case study of the linguistic relativity hypothesis**. Cambridge; New York: Cambridge University Press.
- MARCONDES, D. 2010. **Textos básicos de linguagem. De Platão a Foucault**. Rio de Janeiro: Zahar.
- MARTIN, L. 1986. "Eskimo words for snow": a case study in the genesis and decay of an anthropological example. **American anthropologist** 88, 2 (Junho), 418-23.
- MURRAY, S. O. 1993. **Theory groups and the study of language in North America: a social history**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- NEWMAYER, F. J. 1986. **Linguistic theory in America**. Orlando: Academic Press.
- PULLUM, G. K. 1991. **The great eskimo vocabulary hoax and other irreverent essays on the study of language**. Chicago: The University of Chicago Press.
- SAMPSON, G. 1965. **Schools of Linguistics**. Stanford, CA: Stanford University Press.
- SAPIR, E. 1961a [1929]. A posição da Linguística como ciência. In: Sapir 1961c., p. 17-27.
- SAPIR, E. 1961b [1924]. O gramático e a língua. In: Sapir 1961c., p. 29-42.
- SAPIR, E. 1961c. **Linguística como ciência: ensaios**. Seleção, trad. e notas de J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- SAPIR, E. 2008. **The collected works of Edward Sapir. 1. General linguistics**. Edit. por Pierre Swigers. Berlin: Walter de Gruyter.
- WHORF, B. L. 1941. The relation of habitual thought and behavior to language. Reimpresso em DURANTI 2006.
- WHORF, B. L. 1956. **Language, thought and reality: selected writings of Benjamin Lee Whorf**. Edit. por John B. Carroll. Cambridge, MA: MIT Press.